

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CI)

## AS DIVERSIDADES ÉTNICAS

Os inúmeros grupos étnicos que chegaram aqui, desde meados do século XVIII até meados do século XX, têm muitas coisas em comum. Todo bom pesquisador sabe que os fenômenos migratórios não podem ser estudados isoladamente. As imigrações, em questão aqui, todas elas, indistintamente, tiveram razões similares para deixar sua pátria, ou país onde viviam, e serem forçadas a buscar uma solução de seus problemas pela emigração. E, ao mesmo tempo, foram atraídas pela nova pátria com as mesmas ofertas e promessas.

Inicialmente deve-se sublinhar que nos séculos XIX e XX ocorreram as últimas grandes migrações, promovidas e organizadas pelos governos dos países que precisavam de trabalhadores.

Dito isto vejamos o primeiro ponto. Qual era a situação dos imigrantes do período citado, em seu país de origem? Pode-se dizer, sem medo de errar, que a totalidade dos países, que forneceram os imigrantes, tinha uma alta densidade demográfica. A maioria vivia na área rural e dependia da produção agrícola, melhor dito, uma parte da sua produção, porque a outra, às vezes, a metade, ia para o proprietário. Além disso, as terras estavam esgotadas, as colheitas eram insuficientes e a alimentação era insuficiente, o que levava à desnutrição e à doenças.

A situação da superpopulação das ilhas dos Açores e Madeira, talvez, seja o caso mais grave, pelo menos é o que sugerem os registros dos Anais da Província de São Pedro, justificando a liberação dos 4.000 casais açorianos, já referidos: "para alivia-las da sobeja população que ali gorgulhava". As palavras são de estilo português antigo, mas não deixam de ser fortes e muito expressivas.

A razão de emigrar dos açorianos pelo excesso de população foi a mesma que motivou, num primeiro momento, todas as outras etnias a emigrar. Tendo como referência a situação dos açorianos, novamente, os Anais, acima citados, dizem "como mais tarde também acontece com os excedentes demográficos alemães, italianos, poloneses e outros à procura de terras e trabalho".

Fica claro que os imigrantes não estavam livres para decidir, foram forçados pelas circunstâncias precárias de sobrevivência. Alguns mais radicais dizem que foram, silenciosamente, expulsos pelos governos que pouco ou nada fizeram para apresentar um plano de solução. O mais viável seria a reforma agrária e aperfeiçoamento técnico agrícola. Em alguns casos o fator demográfico cedeu lugar às perseguições políticas ou religiosas, como aconteceu com os alemães e os judeus, oriundos da Bessarábia,

Se as razões para deixar a pátria foram comuns entre as várias etnias, as razões que as atraíram para a nova pátria, também, foram iguais. Para os imigrantes foi o sonho de uma vida de bem-estar. O governo brasileiro, diz a Profª. Petrone, pensava assim "As populações instaladas em pequenas propriedades serviriam como tampão aos ataques dos espanhóis". Neste sentido, até aqui, todas as etnias tinham uma história comum.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CII)

## INTERESSES CONVERGENTES

A história de todos os imigrantes, desde a partida até a chegada, como foi visto, pode-se dizer, com algumas pequenas diferenças, que foi uma repetição. A difícil situação do país de origem era a mesma, os sonhos de um futuro promissor, também, eram de todos.

Essa história de semelhanças fica completa com a convergência de interesses entre os imigrantes e o governo do país hospedeiro. O Brasil precisava ocupar as terras devolutas, precisava pessoas capazes de desenvolver uma agricultura produtiva e rentável em pequenas propriedades, tendo como base a policultura. Como todos sabem, a totalidade dos imigrantes era isso que sabia fazer e, mais do que isto, era exatamente estas atividades que eles queriam fazer para construir uma nova vida. Portanto, neste sentido não havia necessidade de assinar protocolos de intenções entre governo e imigrantes. O acordo estava espontaneamente assegurado. A propriedade da terra era para produzir, não para especular.

A divergência podia se manifestar nos objetivos finais, embora não gerasse conflitos. Tanto para o governo, quanto para os imigrantes as metas finais consistiam em produzir mantimentos para própria subsistência e os excedentes seriam comercializados. A diferença se dava em relação ao destino e valor dos excedentes, enquanto o imigrante queria obter bons lucros para melhorar suas condições de vida, o governo queria excedentes para alimentar a população, cujas atividades não era ma agricultura. Como se observa, em princípio, não haveria conflitos, a não ser quanto a política de preços e de transporte.

Foi assim que surgiu a agricultura familiar, como é chamada hoje, voltada para a produção de alimentos, que acabou sendo confrontada, atualmente, com o agronegócio, voltado para a monocultura e a exportação de grãos. Tema que voltará mais adiante.

Um olhar mais atento nos leva a identificar, apesar de interesses convergentes, um aspecto que coloca em lados opostos, o projeto do governo e o projeto dos imigrantes. Evidente, o dever do governante é traçar um projeto de desenvolvimento de todo o país, as imigrações estavam incluídas neste projeto.

Se o governo brasileiro tinha no seu projeto de desenvolvimento as imigrações, sem distinção, o mesmo não ocorria para os imigrantes. Para eles, o país de destino não era prioridade, embora houvesse preferências nem sempre atendidas. O importante era saber que houvesse oportunidades de um futuro melhor. O Brasil era uma opção entre outras.

Com referência às relações entre imigrante e governo, quero me limitar aos imigrantes italianos. É certo que eles tinham um projeto individual e não confiavam no governo. Os governantes até eram mal vistos. E com razão. É só lembrar o abandono que suportaram na instalação do Reino da Itália. No Brasil, a recepção foi mais burocrática que calorosa. A preocupação com a nova pátria não aparece. Encontrei apenas as palavras do velho Mateus Busanello dirigidas aos companheiros desanimados: "nós não vamos ao Brasil para sermos sustentados por D. Pedro II. No início teremos dificuldades. Depois, com o nosso trabalho, criaremos riquezas para o nosso sustento e o progresso do Brasil".

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CIII)

## A FAMÍLIA CENTRO DO SISTEMA PRODUTIVO.

A pequena propriedade foi planejada a partir da família evitando a necessidade de contratar empregados. A mão de obra familiar seria suficiente. No Brasil esse projeto foi introduzido por D. João VI a partir dos casais açorianos, como foi visto. E continuou com as imigrações que se seguiram, dos Italianos, alemães e poloneses, por ordem de número de imigrantes. Este sistema, além de introduzir um modelo de propriedade diferenciado do latifúndio, introduziu um novo modelo de agricultura e tornou mais densa a população rural, fixando os pequenos proprietários à terra.

A opção da família como referência do módulo de propriedade, de sistema produtivo e de trabalho representou uma excelente solução para os estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todos os estudiosos reconhecem que o Rio Grande do Sul, em especial, sem esse modelo, não teria atingido o grau de desenvolvimento atual.

Limitando esse estudo apenas aos imigrantes italianos verifica-se que eles já eram habituados ao trabalho familiar, isto é, todos, segundo suas possibilidades, participavam do sustento da família. Infelizmente, na sua maioria, eles não eram proprietários das terras cultivadas, mas isso não os impedia de dominar toda a cadeia produtiva. É verdade que sua tecnologia agrícola era primitiva, isto é, muito atrasada que, segundo o Conselho Agrário Italiano, como foi lembrado, não era muito deferente da praticada no Império Romano, acrescida por alguns aperfeiçoamentos realizados pelos próprios agricultores.

Apesar destas deficiências tecnológicas, não impedia que eles fossem os maiores responsáveis pela produção de mantimentos. Um aspecto muito importante está no fato de que eles eram autônomos, portanto tinham os conhecimentos práticos de como se administra a atividade agrícola. Neste sentido a propriedade lhes caía nas mãos como uma luva. A propriedade era tudo o que lhes faltava e sonhavam. Agora eles teriam o controle sobre todo o negócio da agricultura. E a situação melhorava de maneira inimaginável. Terras abundantes e férteis. A dificuldade maior era enfrentar a resistência das florestas e o relevo íngreme. Depois dos primeiros roçados, as colheitas faziam esquecer os suores.

Reconhecendo as situações difíceis dos primeiros tempos, pode-se dizer que esses rudes e decididos imigrantes podiam estar com os bolsos vazios, as roupas remendadas, os pés descalços, ter uma casinha de tábuas lascadas, um fogão de trempes ou, mesmo, um "fogolaro" de corrente pendurada, entretanto a mesa não estava vazia, dá para afirmar, sem exagero, que chegava a ser farta, especialmente se comparada à penúria vivida na Itália.

Diante deste novo modelo de organização agrária é possível concluir que a família deixou de ser apenas uma organização matrimonial com a finalidade de gerar, criar e educar filhos para tornar-se uma organização fundiária, econômica e responsável pelo surgimento de uma nova ordem social rural. Pode-se identificar na organização rural fundiária e produtiva, baseada na família, o surgimento da classe média rural. Isto porque se constituiu num poder econômico e político capaz de interferir nas instâncias de governo.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CIV)

## AGRICULTURA FAMILIAR

A organização, que mudou o módulo da posse da propriedade e do modelo de ocupação produtiva baseado na instituição familiar, é rebatizada, hoje, como agricultura familiar. Isto revela a dinâmica da história do desenvolvimento humano na sua relação com a propriedade da terra e seu uso. Essa organização familiar, seja qual for sua denominação, trouxe modificações e benefícios. Alguns pontos merecem um olhar mais atento.

A história mostra que, desde a fundação de reinos e impérios, pequenos grupos se outorgaram o direito da propriedade da terra. Para ser breve, a Idade Média, a nobreza, tendo a frente reis e rainhas, imperadores e imperatrizes, era a classe que podia ter propriedades. Tudo era transmitido por herança aos descendentes. Os casamentos era uma maneira de trocas de propriedades. Por exemplo, a rainha de Portugal, de origem espanhola, podia herdar, digamos como parte de seu enxoval, uma parcela do território de seu país. A distribuição de terras, no caso do Brasil, para quem nelas morasse e produzisse, ainda que fosse em grandes extensões, foi um avanço, já que nem todos os favorecidos eram nobres.

A propriedade familiar, nos limites das possibilidades da família, certamente, representou a maior contribuição para desmistificar o mito da grande propriedade como a única forma de rentabilidade. Além disso, mostrou que era possível trabalhar e produzir com sucesso sem necessidade de apelar para o trabalho escravo ou trabalhadores com salários aviltados. O que não eliminou práticas de trabalhadores semi-escravos em latifúndios rurais ou outras atividades, como a de mineração ou exploração de madeira.

A organização familiar no interior da atividade agrícola conseguiu mostrar que a oposição entre patrão e empregado pode se unificar numa só instância, no caso, a família. Ela manda e obedece a si mesma. Situação bem diferente dos latifúndios muito bem descrita por Jorge Amado em seu romance Seara Vermelha de 1946.

No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar, para manter a designação atual, lentamente, modificou a fisionomia do Estado sob vários aspectos, todos fundamentais. Em primeiro lugar deslocou o eixo da economia gaúcha, da pecuária para a agricultura. A pecuária se constituiu na base dos maiores investimentos até o final do século XIX, quando começa aparecer a produção agrícola, iniciada em 1824 pelos imigrantes alemães. Para perceber a força da pecuária basta lembrar que a Revolução Farroupilha foi deflagrada pelos estancieiros. Depois pelos políticos gaúchos, entre eles, Getúlio Vargas.

A passagem da economia, da pecuária para a agricultura, mudou também a base geográfica. A campanha assistiu passivamente a transferência de sua importância para a região da agricultura familiar, os vales Jacuí,-Caí,-Taquari, a Serra e, posteriormente, o norte e noroeste missioneiro. Região que se tornou o celeiro da economia gaúcha. Para completar essas transformações da fisionomia do Rio Grande do Sul, deve-se acrescentar o aspecto da densidade demográfica, que passa, também, para o domínio das atividades agrícolas. Inicialmente concentrada na área rural, hoje, em desenvolvidos centros urbanos.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CV)

## NOVOS RUMOS

Foi dito e não custa insistir que o primeiro modelo de agricultura familiar, presente no Brasil desde 1747, trouxe imensos benefícios e se tornou a principal força de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Para se manter ativa e produtiva precisou enfrentar sérias dificuldades e incorporar modificações segundo as exigências impostas por mudanças nas políticas econômicas e pelo avanço da tecnologia aplicada à agricultura.

Na área econômica a grande alteração se dá pela introdução e predominância da mentalidade comercial. A agricultura valorizada passou a ser a que produz mercadorias, portanto o objetivo é o comércio, não o alimento para a mesa. Uma é para vender, o outro é para comer. A agricultura familiar precisou se adaptar, adotando em parte o fator comercial, sem perder sua identidade essencial e histórica, a de produzir mantimentos.

Neste sentido, segue a transcrição de uma carta no Correio do Leitor do Correio do Povo: "Proveitoso o esclarecimento do médico veterinário Antônio Gomes de Freitas (CP 09.06.2009). Nossa alimentação diária provém, na maior parte, da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária, pois os grandes produtores plantam para exportação e só "enchem o bolso" do Agronegócio a partir da prática da monocultura. É possível destacar, por exemplo, que, nas regiões onde há concentração de terras nas mãos dos latifundiários, o PIB registrado é baixo". (Alceu Martins CP. 24.07.2009).

O Correio Riograndense, de 07.10.2009, por sua vez, tratando da força produtiva e social da agricultura familiar, informa que "70% dos alimentos que compõem a cesta básica do brasileiro saem das pequenas propriedades". Sérgio Miranda, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, no mesmo jornal, reconheceu não só sua importância na agricultura, mas também para a sociedade. Há, entretanto, segundo ele, certa defasagem em relação ao avanço tecnológico, por isso, diz: "Precisamos avançar bastante na assistência técnica pública para produzir mais e melhor". Miranda reconhece que os trabalhadores rurais possuem prática, experiência e dedicação ao trabalho, mas lamenta a pouca escolaridade. Isso preocupa porque o acesso à informação é cada vez mais fundamental. Saber ler não é suficiente, é preciso compreender.

Os estudos sobre esses temas e divulgados recentemente mostram que a última frente da agricultura familiar é a produção orgânica. Infelizmente, a adesão é muito pequena, no chega a 2%. Pelo que se sabe a demanda é muito superior à produção. Há dois aspectos para entender a fraca adesão. Primeiro, muitos agricultores já se haviam habituado ao uso de adubos químicos, de agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas. Tais produtos facilitam o trabalho. A enxada caiu em desuso. O segundo aspecto refere-se à falta de tecnologias naturais para combater as pragas, adubações e correções orgânicas do solo. Fator que exige muito mais trabalho e dedicação. Os maiores estímulos, pelos depoimentos dos defensores dos produtos orgânicos, são os preços melhores, a grande procura e, especialmente, a preocupação com a saúde, tanto para o produtor como para o consumidor.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CVI)

## CASAS DE NEGÓCIO E NEGOCIANTES

Antes de continuar a descrição dos novos rumos, que os descendentes dos imigrantes italianos, e não só eles, foram forçados, por diferentes razões, a procurar novas formas de ocupação da propriedade ou re-imigrar para novas frentes de colonização, é preciso dirigir um pouco de atenção para o negociante e a casa de negócio, duas figuras importantes no início da colonização.

As poucas informações mostram que os comerciantes e as firmas comerciais, ou negociantes e casas de negócio como eram conhecidos naquela época, mostram que desempenharam papéis fundamentais em todos os setores da vida dos imigrantes.

Quanto a história dos negociantes fica difícil estabelecer como eles entraram no ramo do comércio. Pelo que se sabe a maioria não tinha uma tradição nesta atividade. A partir do fato de que a quase totalidade dos imigrantes eram agricultores e, para complicar, analfabetos, pode-se concluir que a decisão de entrar na atividade comercial deve ter surgido aqui. Para isso havia um ambiente favorável diante do fato de que as atividades comerciais somente foram oficialmente implantadas nas sedes das colônias. No interior, linhas, picadas ou travessões, nada fora planejado. O mesmo ocorrera com a localização da igreja. Com a dificuldade de acesso ao centro administrativo da colônia, pessoas com maior liderança e tino comercial perceberam a oportunidade de dedicar-se ao comércio.

Dito isto, uma constatação precisa ser feita a de que, apesar das distâncias e as dificuldades de locomoção entre a sede e o interior, não houve uma previsão e planejamento para definir locais para práticas religiosas, para atividades comerciais ou para o surgimento de pequenos núcleos. Tudo aconteceu espontaneamente.

Sobre o surgimento das capelas e capitéis já foi falado anteriormente. Coube aos imigrantes a iniciativa de arregaçar as mangas e começar a definir um ponto de reunião para as rezas. O passo para a construção da capela dependia da aprovação do Padre. Foi sempre uma participação comunitária. Já em relação a atividade comercial as iniciativas foram individuais. Aqui estaria um aspecto que mereceria um estudo mais demorado. A questão a ser investigada seria: por que a atividade comercial não partiu de uma idéia cooperativa, a exemplo do que aconteceu na esfera religiosa? As respostas podem ser múltiplas. Primeiramente, as atividades religiosas não são da mesma natureza das atividades comerciais. A principal diferença é que as atividades de comércio têm como objetivo principal o lucro. Outra diferença é que as práticas religiosas dos imigrantes estavam baseadas em liturgias com a participação da comunidade. As obrigações impunham a participação de atividades comuns, missa, terço, casamento, batismo, etc. Além disso não havia um proprietário. Já as atividades comerciais podiam ser gerenciadas por indivíduos e o empreendimento podia pertencer ao seu fundador. A cooperativa seria diferente. Entretanto houve uma proximidade muito grande entre igrejas, capelas, casas de negócio e negociantes. É essa proximidade que será preciso estudar com mais atenção.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CVII)

## NÚCLEOS URBANOS NO INTERIOR

Na implantação das quatro Colônias Imperiais apenas as sedes receberam projeto urbano. O território de suas abrangências foi dividido em lotes e distribuídos para serem ocupados com a agricultura e a criação de animais domésticos. Não houve preocupação em planejar núcleos urbanos no interior. Assim a sede se tornava, não só o centro da administração pública, mas também da vida social e religiosa, das atividades comerciais e de prestações de serviços como ferrarias, sapatarias, barbearias, alfaiatarias e carpintarias.

Não demorou muito que, diante das distâncias e da precariedade das estradas, os imigrantes escolheram um local para construir uma capela que acabou sendo a semente de um núcleo urbano. É neste espaço que surgem os novos negociantes. Junto aparecem sapateiros, barbeiros, carpinteiros e ferreiros que, por vezes, acumulavam profissões.

Apenas para lembrar o que já foi dito. A capela, situada em lugar estratégico, tinha em vista o acesso de maior número possível de moradores. Os negociantes perceberam, de imediato, que este era o lugar mais adequado para instalarem seu negócio. A localização era perfeita, completada com o atrativo das pessoas que queriam praticar suas crenças religiosas. Assim ficava fácil, o pessoal vinha para rezar, especialmente quando houvesse missa, mas, ao mesmo tempo, aproveitava para fazer seus negócios, negociar seus produtos e comprar os mantimentos, instrumentos ou vestuários.

A existência de uma capela e a presença de casas de negócios ou bodegas junto com prestadores de serviços era o primeiro passo para uma ambição maior, a formação de uma paróquia ou um curato, o que assegurava a presença constante de padres. Então a afluência de fiéis era mais freqüente e maior, o que assegurava a freguesia dos negociantes. Não havia necessidade de investir em propaganda, quase impossível naquela época sem meios de comunicação. O espírito religioso dos imigrantes acabava sendo a publicidade.

Até aqui, tudo tranqüilo. Apesar desta convivência entre atividades religiosas e atividades comerciais, não faltaram atritos entre negociantes e padres, não tanto pelas atividades religiosas, mas pela exigência de ter um padre com moradia fixa no núcleo urbano. A esse respeito há muitas histórias. Para tornar mais prática a compreensão o melhor contar o que aconteceu em Vale Vêneto entre o comerciante e o Padre Sório.

Paulo Botoluzzi, fundador do povoado e primeiro comerciante, foi, inegavelmente, o grande incentivador da construção da igreja e da paróquia. Por conta própria, apoiado pelos colonos, conseguiu dois padres. O bispo os designou para a sede Silveira Martins. Houve justa revolta e, para harmonizar a situação, houve uma nova ordem designando um para cada localidade. Logo depois o padre de Silveira Martins morre. O padre de Vale Vêneto é transferido pelo bispo. Nova revolta. Virou caso de Polícia. O padre Sório disse, em seu depoimento, que o comerciante estava mais preocupado com os seus negócios do que com a igreja. Se o padre tinha razão ou não, o certo é que Paulo Bortoluzzi com apoio da comunidade enviou um emissário à Itália e trouxe a Congregação dos Padres Palotinos.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CVIII)

## A POLIVALÊNCIA DAS CASAS DE NEGÓCIO

Muito se escreveu sobre a importância da igreja e, de maneira especial, sobre as capelas como centro fundamental da vida dos primeiros imigrantes. Entretanto, o valor das casas de negócio para os imigrantes, certamente, mereciam maior atenção dos estudiosos. É verdade que as casas de negócio eram em menor número, mas sem dúvida nenhuma, foram garantias fundamentais para o desenvolvimento das comunidades.

Ninguém duvida que as casas de negócio foram instituições indispensáveis para a o sucesso econômico das colônias. A título de observação, apenas serão referidas as da área rural. Então, seu funcionamento teve várias funções, para resumir, vejamos três principais.

### 1. Centro comercial local.

Como as palavras expressam, a casa de negócio concentrava suas atividades, principalmente, no atendimento às necessidades comerciais dos colonos. A razão principal de ser destas atividades comerciais estava na quase impossibilidade dos colonos venderem sua produção e se abastecerem de produtos industrializados e manufaturados. A falta de meios de transporte e a precariedade das estradas eram o grande empecilho para o escoamento da produção. A solução mais a mão era recorrer aos negociantes locais.

Assim, a principal atividade era adquirir produtos agrícolas e vender mercadorias de subsistência e para as atividades rurais. Geralmente as transações se davam em forma de escambo, isto é, trocava-se um bem por outro. Enquanto os colonos procuravam produzir o que fosse mais vendável, o comerciante oferecia todo tipo de objetos de primeira necessidade como mantimentos, vestuário e instrumentos de trabalho.

### 2. Instituição financeira.

Considerando que a maior parte dos negócios fosse na base do troca-troca, o que transforma um objeto em valor de troca e não em valor pecuniário, as dívidas e os haveres eram consignados em mercadorias. Entretanto, era possível transformar produtos em dinheiro, especialmente, em previsão de futuros negócios. Essas economias, conseguidas com muito suor, pela ausência de bancos, eram confiadas aos negociantes ou ao colchão.

Esse sistema de transações comerciais e de depósitos de dinheiro gerou situações controversas. De um lado a casa de negócio era indispensável, de outro lado ela podia se tornar uma oportunidade de logros. Há relatos que registram fatos dos dois lados.

### 3. Centro de vida social

Relatos de pessoas mais idosas lembram que as casas de negócios desempenharam um papel importante de vida social. Era um local de encontros não só para negócios, mas também para divertimento e lazer, independentes das reuniões e atividades religiosas, especialmente aquelas que se situavam em estradas mais movimentadas e não estavam junto à capela. Aí havia espaço para os jogos de cartas, bochas e mora, além de bailes e, até carreiradas na estrada. Uma atividade, quase exclusiva da casa de negócio, era a discussão das questões políticas.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CIX)

## NEGOCIANTES

Pelo que já foi dito, está claro que há uma relação entre capela ou igreja e as casas de negócio. A mesma relação pode ser feita em relação ao papel do padre e do negociante. Antes de avançar é preciso fazer uma distinção entre o que acontecia na sede administrativa da Colônia e nas comunidades do interior. De um lado, as sedes, logo nos primeiros anos, foram elevadas à categoria de paróquia, condição que oferecia maior concentração de atividades religiosas. De outro lado, como a concentração urbana era maior, havia também mais atividades comerciais, conseqüentemente mais pessoas se dedicavam ao comércio.

No interior, salvo raras exceções, uma comunidade contava com uma casa de negócio, e o negociante, geralmente, era um imigrante com tradição de agricultor, por vezes aliava as duas atividades. À noite à luz do lampião se faziam os negócios.

As duas situações foram lembradas para observar a diferença de relacionamento entre os negociantes e os padres. Na sede da Colônia, os comerciantes defendiam idéias e políticas republicanas, pregadas pelos garibaldinos, carbonários e maçons. Eram vistos como anticlericais. Não se pode generalizar, mas há fatos relatados que mostram que as relações entre eles e as autoridades eclesásticas eram pouco amistosas. Um fato muito conhecido foi romanceado por Mons. Ricardo Liberalli em seu livro *Togno Brusafraati – Braure de dô Compari*. Muitos pensavam que fosse um fato inventado. Hoje se sabe que é verídico porque se tornou um caso de polícia e acabou em processo judicial condenatório.

Sobre as relações entre clero e negociantes há muitos estudos, neste momento o que interessa é chamar a atenção sobre a situação dos colonos. Eles dependiam dos dois, o padre e o comerciante. Não podiam entrar em conflito com nenhuma das partes. Sob o aspecto espiritual, e era o que mais os sensibilizava, deviam seguir os ensinamentos e as normas dadas pelo Padre. Mas também não podiam contrariar os negociantes porque precisavam deles para levar adiante seus projetos econômicos. O jeito era falar pouco, ouvir muito e, na medida do possível, concordar, ainda que fosse da boca para fora.

Nas comunidades do interior a situação era diferente. O negociante, provavelmente, por estar mais próximo dos colonos e não ter posições políticas definidas, sempre foi muito participativo nas iniciativas religiosas da comunidade. Era sempre o maior contribuinte e assíduo frequentador liderando as atividades litúrgicas. Participava da administração dos bens da capela. Era ele quem hospedava o padre por ocasião das visitas à comunidade. Muitos colaboravam, inclusive, para proporcionar a assistência religiosa aos enfermos.

Há um aspecto da personalidade do negociante que não se pode deixar de referir. Trata-se da questão da honestidade. Há muitos relatos desabonadores. Comprovar a veracidade, hoje, fica difícil. Há aqueles que os comparam à fama dos moinheiros. Há os que dizem que faziam todas essas benemerências, não por convicção, mas por interesses próprios. Esta última acusação parece um pouco forte, além disso, é pretender entrar no interior e na consciência das pessoas. Seja como for, eles foram figuras importantes.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (CX)

## O FIM DE UMA ERA.

Ninguém nega a importância que tiveram as capelas e os padres, as casas de negócio e os negociantes para as comunidades do interior. Isto não significa afirmar que tudo tenha sido maravilhoso. Fatos positivos e negativos aconteceram de ambos os lados, mas, num balanço geral, pode-se afirmar que foi favorável. Os depoimentos dos mais antigos seriam fundamentais, infelizmente, isto se tornou inviável ou quase.

Com o passar do tempo e o surgimento de transformações em todos os setores, tanto as capelas quanto as casas de negócio foram perdendo sua importância. Esse seria um tema de maior estudo porque envolve uma série de fatores. O certo é que as mudanças não ocorreram da mesma maneira em todas as regiões. E, também, a situação entre capela e casa de negócio é diferente. As casas de negócio, praticamente, desapareceram. As localidades, que não atingiram certo grau de desenvolvimento e localizadas perto de um centro maior, acabaram perdendo a atividade comercial. Um fator que favoreceu enormemente sua extinção foi a re-emigração. As colônias, pelas mais diversas razões, sofreram um brutal êxodo rural. Em alguns casos, chegou a oitenta por cento da população. Sem produção e sem consumo não há empreendimento comercial que sobreviva.

Com uma simples observação ou uma conversa com moradores mais idosos, fica fácil fazer um levantamento das casas de negócio que não mais existem. Algumas foram abandonadas ou se tornaram depósitos de produtos agrícolas. Outras foram demolidas. Não houve preocupação em preservar sua história. Conheci uma que funcionou precariamente até quinze anos atrás. O novo proprietário passou vários dias queimando os papéis que haviam sido guardados em baús. Depois de tudo queimado, ele contou que o antigo dono registrava tudo o que comprava e vendia. Até uma agulha. Um bom documentário foi perdido. Agora, não adianta chorar o leite derramado.

Em relação às capelas a história é bem mais longa. Há múltiplos fatores que, em conjunto, acabaram reduzindo o significado da capela. As mudanças, que ocorreram na vida econômica pelo processo de industrialização, pelo esgotamento das terras, pela mecanização e pelo êxodo rural, podem ter sido o ponto de partida. Alguns apontam que o fator fundamental foi o esfriamento das crenças e da frequência às práticas religiosas. A segurança econômica e o bem-estar alcançado teriam dado certo grau de autossuficiência.

Ao lado disto, provavelmente, o golpe mais mortal foi a autonomia das atividades de lazer. Surgiram as quadras e os ginásios de esportes. Associações esportivas foram organizadas. Eventos esportivos, através de torneios ou campeonatos, passaram a mobilizar e reunir as comunidades regionais. As promoções sociais são realizadas nestes espaços. As atividades das capelas ficaram, mais ou menos, restritas ao campo religioso.

Uma boa revitalização da capela aconteceu depois que as autoridades eclesiais promoveram maior participação dos leigos. A instituição dos ministros da eucaristia proporcionou a realização de cultos dominicais em todas as capelas com boa frequência.